

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM  
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

**ENÉIAS PEREIRA FERNANDES**

**A DIVULGAÇÃO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES E  
SUA RELAÇÃO COM A SUAVIZAÇÃO DE RESULTADO**

**VITÓRIA  
2018**

**ENÉIAS PEREIRA FERNANDES**

**A DIVULGAÇÃO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES E  
SUA RELAÇÃO COM A SUAVIZAÇÃO DE RESULTADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis, linha de pesquisa em Contabilidade Tributária.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Lopo Martinez

**VITÓRIA  
2018**

**ENÉIAS PEREIRA FERNANDES**

**A DIVULGAÇÃO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES E  
SUA RELAÇÃO COM A SUA VIZIAÇÃO DE RESULTADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 27 de agosto de 2018.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr.: ANTONIO LOPES MARTINEZ**

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças  
(FUCAPE)

---

**Prof. Dr.: SÉRGIO AUGUSTO PEREIRA BASTOS**

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças  
(FUCAPE)

---

**Prof. Dr.: MIGUEL ANGEL RIVERA CASTRO**

Universidade Salvador  
(UNIFACS)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, meu refúgio e fortaleza. Que esta comigo desde o início da minha caminhada, guardando e abençoando meus passos. Sem o Teu auxílio, não venceria as dificuldades e as barreiras que surgiram ao longo dessa trajetória. Sem Ele nada teria sentido.

A minha família (mãe, irmãos, sobrinhos) pelo amor e a Primeira Igreja Batista de Acesita (PIBA), minha família da fé, pelas orações.

A todos colegas do mestrado, em especial aos colegas Lennilton, Marina, João Pedro, Júlio Moreira, Lorena, Marcelo, e Viviane, pelo apoio e amizade e por fazerem dos nossos encontros de aula um momento singular. Sinto saudades dos nossos momentos sempre alegres.

Ao Professor Dr. Antônio Lopo Martinez, meu orientador, pela confiança depositada, pela orientação realizada, pois não mediu esforços para me auxiliar.

Aos amigos de trabalho do Unileste pela ajuda mesmo que de maneira indireta nos momentos que necessitei e, especialmente, ao professor Jens Erik Hansen que sugeriu o curso da FUCAPE, pela presteza e atenção, pelas palavras de encorajamento que ainda se fazem presentes e por toda ajuda dada, sem elas não seria possível essa conquista, e à professora Fabrícia Souza Teixeira pela incondicional ajuda que sempre me dispensou desde o início do mestrado.

Aos amigos Lucas Gustavo, Wadson e a Juracy Hansen que sempre me encorajaram com palavras de apoio e bons conselhos.

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

Filipenses 4: 13

## RESUMO

A suavização ou alisamento de resultados é uma das formas de gerenciamento de resultados, que procura diminuir a variabilidade dos resultados reportados, com o propósito de torná-los mais estáveis ao longo do tempo. Para melhor demonstrar o resultado patrimonial das empresas, órgãos como IASB passaram a exigir a divulgação dos Outros Resultados Abrangentes (ORA), o que foi explicado pela volatilidade que tais variações implicariam no lucro líquido das empresas. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é investigar se existe uma relação de Outros Resultados Abrangentes com a suavização de resultados das empresas de capital aberto listadas na B3. Para verificar a ocorrência de suavização de resultados, foi utilizada uma amostra com 268 empresas, no período de 2012 a 2016. Para categorização das empresas em suavizadoras e não suavizadoras foi empregada a métrica de Eckel (1981). Após essa classificação, foi realizado teste através de uma regressão logística com dados em painel para verificar a existência de relação entre a suavização de resultados e ORA. O resultado mostrou significância para a variável Fluxo de Caixa Operacional (FCO) e para a variável Retorno sobre os Ativos (ROA), para o três modelos, sugerindo assim, que essas variáveis se relacionam com a suavização de resultados. As *Dummy* setoriais para os casos de Energia e Siderurgia também se mostraram significativas. Para as variáveis ORA módulo, ORA com valores normalmente definidos e *Dummy* ORA, os resultados encontrados apresentaram significância para a variável *HighORA*, sugerindo que existe evidência de suavização de resultados nas empresas com valores de ORA mais altos. As respostas das demais variáveis dos modelos não foram confirmadas, por apresentarem resultados não significativos.

**Palavras chaves:** Outros Resultados Abrangentes; Suavização de Resultados; Relação com suavização.

## **ABSTRACT**

The smoothing or smoothing of results is one of the forms of results management, that seeks to decrease the variability of reported results, with the purpose of making them more stable over time. To better demonstrate the patrimonial result of companies, bodies such as IASB began to require the disclosure of Other Comprehensive Results (ORA) which was explained by the volatility that such variations would imply on the companies' net income. In this context, the objective of this work is to investigate whether there is a relation of Other Results Comprehensive with the smoothing of results of the companies open capital listed in the B3. To verify the occurrence of smoothing of results was used a sample with 268 companies, between the period of 2012 to 2016. For the categorization of the companies in smoothing and non-smoothing was used to metric Eckel (1981). After this classification, a test through a logistic regression with panel data was performed to verify the existence of relationship between the smoothing of results and ORA. The result showed significance for the variable Operational Cash Flow (FCO) and for the variable Return on Assets (ROA), for the three models, thus suggesting that these variables if related to the smoothing of results. Sectoral Dummies for cases of Energy and Steel were also they showed each other significant. For the variables ORA module, ORA with normally defined values and Dummy ORA, the results found presented significance for the variable HIGHORA, suggesting that there is evidence of smoothing of results in companies with higher ORA values. The responses of the other variables of the models were not confirmed, as they presented non-significant results.

**Keywords:** Other Comprehensive Results; Income Smoothing; Relation with smoothing.

## SUMÁRIO

|                                                         |           |
|---------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                               | <b>8</b>  |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>                       | <b>13</b> |
| 2.1 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS .....                   | 13        |
| 2.2 SUAVIZAÇÃO DE RESULTADOS .....                      | 14        |
| 2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA.....                         | 15        |
| 2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....                        | 16        |
| <b>2.4.1 Demonstração do Resultado Abrangente .....</b> | <b>17</b> |
| 2.5 HIPÓTESES DE PESQUISA .....                         | 19        |
| <b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>                   | <b>23</b> |
| 3.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA E FONTE DE DADOS.....            | 23        |
| 3.2 EQUAÇÕES E VARIÁVEIS DO ESTUDO .....                | 25        |
| 3.3 MÉTRICA E LITERATURA DAS VARIÁVEIS .....            | 30        |
| <b>3.3.1 MÉTRICA DE SUAVIZAÇÃO .....</b>                | <b>30</b> |
| <b>3.3.2 LITERATURA SUPORTE DAS VARIÁVEIS .....</b>     | <b>32</b> |
| 3.4 CÁLCULO DO ÍNDICE DE ALISAMENTO .....               | 33        |
| <b>4 RESULTADO DA PESQUISA .....</b>                    | <b>35</b> |
| 4.1 DISTRIBUIÇÃO E ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....          | 35        |
| 4.2 REGRESSÃO LOGÍSTICA .....                           | 38        |
| <b>5 CONCLUSÃO .....</b>                                | <b>42</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                 | <b>44</b> |

## **Capítulo 1**

### **1 INTRODUÇÃO**

Pesquisas, estudos e discussões, sobre a qualidade da informação contábil têm sido feitos tanto pela academia como no meio profissional. Esses estudos abordam várias questões, entre elas, a qualidade dos lucros e sua relevância quando usados como agentes de informação para investidores, credores, acionistas, fornecedores e gestores (Lyra & Moreira, 2011).

Notadamente, os estudos têm sido empreendidos com o propósito de investigar o conteúdo informacional das demonstrações contábeis. Uma dessas pesquisas foi realizada por Lin e Rong (2012), com o objetivo de averiguar se, com a divulgação de Outros Resultados Abrangentes (ORA), houve colaboração efetiva por parte das empresas com o aumento da transparência nas suas divulgações, e se de fato ocorreu redução no gerenciamento do resultado.

A pesquisa de Lin e Rong (2012) foi realizada com empresas listadas na bolsa de Xangai com ações Shanghai A, em 2009. Os resultados por eles encontrados revelam que a divulgação de Outros Resultados Abrangentes (ORA) apresenta uma relação negativa com o gerenciamento de resultado, ou seja, o ORA pode reduzir o gerenciamento de resultados e consequentemente gerar informações relevantes e sem viés para os usuários compreenderem melhor o desempenho de uma empresa (Lin & Rong, 2012).

Cogitando que a qualidade do lucro tem relação com o sistema informacional e com o sistema contábil da entidade, a suavização de resultados pode ser entendida como uma dimensão da qualidade do lucro (Dechow, Ge & Schrand,

2010). Segundo as autoras, a suavização de resultados pode ser vista como uma propriedade do lucro gerado por um sistema contábil baseado em *accruals* (regime de competência) que, supostamente, melhora a utilidade do lucro na tomada de decisão (DECHOW *et al.*, 2010).

Dechow, Ge e Schrand (2010) acrescentam ainda que um sistema contábil baseado em *accruals* permite que a suavização de resultados afete o reconhecimento de mudanças no desempenho da empresa, que seriam úteis na tomada de decisão se fossem divulgadas, o que acarretaria na redução do grau de assimetria informacional dentre as partes interessadas como investidores, acionistas, credores e gestores.

Quando os acionistas majoritários participam da gestão de suas empresas, seja administrando diretamente ou apenas influenciando-as, a assimetria da informação não é a mesma, quando comparada com os acionistas minoritários que não participam diretamente da gestão dos negócios. Para esses, as informações geradas nos relatórios contábeis são de extrema relevância, por ser a maior e talvez a única ferramenta de controle e informação (Lyra & Moreira, 2011).

Lyra e Moreira (2011) sugerem que as informações relevantes e de qualidade carregam em seu esboço o debate sobre governança corporativa, em função de suas normas rígidas. Para Vieira, Velasquez e Losekann (2011), essas normas são revestidas de princípios como a ética, valores como a transparência e a observância as leis, manifestam seu senso de justiça e sua imparcialidade e respeito à igualdade de direitos. Com a adoção dos referidos princípios, espera-se que as companhias publiquem demonstrações contábeis mais detalhadas e transparentes, com a finalidade de apresentar informações relevantes, sem distinção das partes interessadas (Lyra & Moreira, 2011).

A BM&FBovespa (B3)<sup>1</sup> oferece cinco opções de enquadramento nos segmentos de listagem especiais com a finalidade de incitar a transparência e melhoria das práticas de governança corporativa (BM&FBovespa, 2016). Para os autores Lyra e Moreira (2011), empresas que aderiram a um desses segmentos pressupõem que em suas publicações ocorram maior clareza nas informações prestadas.

No Brasil, em convergência com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), desde 2009, adota-se a Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA) alicerçada no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) item 10 (b2) (Wrubel, Morás, Brighenti, Leite & Klann, 2016). Portanto, a DRA passou em 2010 a fazer parte do elenco das demonstrações contábeis com exigência de apresentação, o que contribui como fonte de conteúdo informacional (Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC], 2011).

Rahman e Hmadan (2013) inferem que a melhor representação do lucro de uma empresa é o aumento da sua riqueza, mas que o aumento da riqueza pode ter acontecido por diversas razões não relacionadas com as operações fins da companhia e capturadas na DRA, que produz mais informações aos usuários das demonstrações contábeis. Os estudos realizados por Chambers, Linsmeier, Shakespeare e Sougiannis (2007) abordam que o conteúdo informacional gerado pela DRA impõe disciplina sobre os usuários das informações, entre eles destacam-se os gestores e os analistas.

Para Wrubel *et al.* (2016), um gestor pode fazer escolhas com o intuito de esconder ou atrasar o reconhecimento das consequências de determinadas

---

<sup>1</sup> Brasil, Bolsa, Balcão (B3) é o nome da nova razão social da BM&FBOVESPA S.A. Resultado da fusão da BM&FBOVESPA com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), em março 2017.

transações no resultado ou no Patrimônio Líquido (PL) e é possível supor que os ajustes no PL possam ser usados para gerenciar o lucro. Portanto, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Existe relação entre a divulgação dos Outros Resultados Abrangentes e a suavização de resultados nas empresas de capital aberto listadas na B3?

O objetivo deste estudo é investigar a relação da divulgação dos Outros Resultados Abrangentes (ORA) com a suavização de resultados das empresas de capital aberto listadas na B3, entre os anos de 2012 e 2016.

Espera-se que, com a demonstração da ocorrência de relação ou não de suavização de resultado com o ORA, o trabalho desperte interesse por parte dos credores, investidores, acionistas e gestores na qualidade das informações produzidas com a divulgação do ORA na DRA, e sua utilização e influência no momento de tomar decisão.

Justifica-se a pesquisa pelo fato de a DRA registrar o quanto representam os valores dos ajustes feitos no PL que alteram o valor do lucro, e qual a sua influência na suavização de resultados e, ainda, examinar a relação de ORA com a governança corporativa, empresas auditadas por *big four*, controle familiar, entre outras. Além disso, a DRA é uma demonstração pouco conhecida no Brasil e há escassez de estudos que verifiquem a relevância das informações contábeis nela inseridas.

Mesmo com a publicação de várias pesquisas relacionadas à suavização de resultados e outras sobre as informações do ORA publicadas na DRA, não foi encontrado nenhum trabalho que abordasse essa relação. Consequentemente, existe uma lacuna a ser preenchida, no que se refere à relação da suavização de resultados e ORA no comportamento dessas empresas listadas na B3.

A pesquisa constitui de empresas de capital aberto listadas na B3, no período de 2012 a 2016, com uma amostra original de 494 empresas. Desse total foram excluídas as instituições financeiras e seguradoras por possuírem regulamentações legais e contábeis diferentes dos demais ramos que compõem a amostra, e empresas com ausência de informações necessárias para realização dos testes. Após a exclusão, a quantidade foi reduzida para 268 empresas. Inicialmente foram aplicadas as métricas de Eckel (1981) para verificar a ocorrência de suavização, e na sequência foi aplicado o modelo de regressão logística com dados em painel, que foi desenvolvido para investigar os impactos da relação de suavização de resultados com os outros resultados abrangentes das referidas empresas.

O trabalho está estruturado em cinco partes. A primeira traz a introdução, o problema de pesquisa, o objetivo, a motivação e a justificativa para a realização do trabalho. A segunda trata do referencial teórico que fundamenta este estudo. A terceira parte descreve os procedimentos metodológicos adotados. A quarta seção traz a exposição dos resultados encontrados na pesquisa e, por último, na quinta seção, é exposta a conclusão do trabalho.

## Capítulo 2

### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 2.1 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

Gerenciamento de resultados tem como característica a alteração intencional dos resultados com a finalidade de atender a motivações particulares, que fogem da realidade do negócio (Martinez, 2001). Segundo Santos e Grateron (2003), quando ocorre o desejo de expor um resultado estável em um determinado período, seja esse melhor ou pior, tal situação pode ser considerada gerenciamento de resultados.

É fundamental perceber que as normas contábeis oferecem certa discricionariedade em determinados pontos, para que os gerentes façam escolhas diferentes daquilo que é a realidade concreta dos negócios, mas essas operações não são uma fraude contábil. Entretanto, tais escolhas são consoantes de outros incentivos que levam os gestores a almejar um resultado distinto (Martinez, 2001).

Há várias modalidades de gerenciamento dos resultados, das quais são destacados três: (i) resultado alvo (*target earnings*), modalidade de gerenciamento para melhorar (aumentar) ou piorar (diminuir) os resultados com propósito de atingir metas estabelecidas; (ii) suavização ou alisamento de resultados (*income smoothing*), que é o gerenciamento para reduzir a variação dos resultados; e (iii) a contabilização conservadora (*big bath accounting*), que é o gerenciamento visando redução nos lucros correntes com o objetivo de melhorar (aumentar) os lucros futuros (Martinez, 2001).

## 2.2 SUAVIZAÇÃO DE RESULTADOS

Suavização de resultados, para Moses (1987), representa esforços dos gestores de forma intencional para reduzir a variabilidade dos resultados contábeis, buscando uma estabilidade nos mesmos. No trabalho realizado por Eckel (1981), ele relata que a suavização de resultados ocorre de dois modos: a de forma natural e a intencional. A natural reflete a estabilidade nos resultados das operações normais da empresa ligada ao amadurecimento do próprio negócio. Já na suavização intencional tem-se uma subdivisão em real e artificial. A real está relacionada à decisão operacional, enquanto a artificial está baseada em escolhas contábeis relativas ao momento de reconhecimento das receitas e despesas, quando da avaliação dos estoques e também no método de depreciação (Eckel, 1981) .

A análise feita por Castro e Martinez (2009) aponta que a persistência dos lucros pode ser um campo de atuação das empresas para aplicação da suavização de resultados. Para investidores e credores, a variabilidade dos resultados pode ser vista como medida de risco. Assim, segundo esses autores, entidades que apresentam menor variação no lucro tendem a chamar a atenção de mais investidores, bem como a obtenção de empréstimos com custos mais baixos, gerando assim sua utilidade (Castro & Martinez, 2009).

Para ilustrar a suavização, Baioco, Almeida e Rodrigues (2013) fizeram uma simulação considerando que no ano  $t$  não houve crescimentos nas vendas, mas que no ano  $t+1$  ocorreu um crescimento nas vendas sem que houvesse variação no resultado. Dados constantes na Tabela 1.

TABELA 1: EXEMPLO DE SUAVIZAÇÃO

| Contas     | Ano t-1 | Ano t | Ano t+1 |
|------------|---------|-------|---------|
| Receita    | 100     | 100   | 150     |
| Despesas   | 90      | 90    | 140     |
| Resultados | 10      | 10    | 10      |

Fonte: Baioco *et al.* (2013)

Para Baioco *et al.* (2013), pode-se observar que mesmo ocorrendo um crescimento expressivo no faturamento não houve variação do lucro. Essa ausência de variação supostamente ocorreu pela utilização de *accruals* como: depreciação/amortização, perdas estimadas com provisão de crédito de liquidação duvidosa e outras despesas que não geram saída de caixa, mas que podem ser utilizadas para suavizar os resultados e mantê-los constantes.

## 2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

As empresas empenham cada vez mais assegurar aos investidores, acionistas, credores e gestores instrumentos de informações geradas e publicadas que sejam fiéis, sem nenhum viés ou manipuladas. A governança corporativa é um dispositivo usado para contribuir para a geração de informações mais seguras (Andrade & Rossetti, 2007).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) traz em seu código o conceito e os princípios da prática de governança corporativa no Brasil. Para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC] (2015), tais princípios fortalecem o sistema empresa, colaborando com o relacionamento entre sócios, conselho de administração, diretoria e até mesmo com órgãos de controle e fiscalização. Para o IBGC (2015), governança corporativa é o sistema que auxilia, incentiva e supervisiona empresas e organizações na forma como são dirigidas.

O IBGC (2015) apresenta, ainda, os princípios orientadores da governança, quais sejam: transparência com informações relevantes e úteis; equidade, com tratamento justo e igual às partes interessadas; prestação de contas transparente sobre a atuação dos seus agentes; e responsabilidade corporativa desses agentes, em ser zelosos pelo desenvolvimento sustentável das organizações (IBGC, 2015). Vale destacar que governança corporativa é um conjunto de normas e práticas que regulam a gestão e o poder das entidades, e que a governança procura reduzir problema de interesses divergentes entre as partes envolvidas (Andrade & Rossetti, 2007).

A B3 oferece cinco opções de enquadramento no segmento de listagem especial. Os níveis são: Bovespa Mais (B+), Bovespa Mais Nível 2 (B+N2), Nível 2 (N2), Nível 1 (N1) e Novo Mercado (NM). Todos os segmentos trazem regras rígidas sobre governança corporativa. Essas regras são obrigações que vão além daquelas que as companhias têm perante as Leis da Sociedade por Ações (Lei das S/As) (BM&FBovespa, 2016)

## 2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis constituem fonte de divulgação de informações relativas ao patrimônio, às operações financeiras e às informações econômicas de uma empresa, apresentadas de forma estruturada (CPC, 2011). Conforme Zdanowicz (1998), as demonstrações contábeis informam a evolução dos fenômenos patrimoniais que, no fim do exercício social, relatam toda a sua movimentação e evidenciam o desempenho gerado pela empresa e como a atividade econômica é exercida sobre o patrimônio líquido.

As demonstrações contábeis têm o papel de apresentar os resultados da atuação dos administradores referente às responsabilidades para com a gestão dos recursos a eles entregues e de suas obrigações. Para atender tais objetivos, as demonstrações abastecem de informações acerca de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, alteração no capital e fluxo de caixa, entre outros. Essas informações, somadas com as notas explicativas, auxiliam as partes interessadas nas suas decisões e informam a época e o grau de transparência de sua geração (CPC, 2011).

No Brasil, a lista das demonstrações contábeis com obrigatoriedade de elaboração e apresentação está relacionada no item 10 do Pronunciamento Técnico CPC 26. Nesse conjunto completo de demonstrações encontra-se a DRA (CPC, 2011). O Brasil, em convergência com as normas internacionais de contabilidade, as IFRS, desde 2009, adota a DRA com base no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) item 10 (b2) (Wrubel *et al.*, 2016).

#### **2.4.1 Demonstração do Resultado Abrangente**

Demonstração do Resultado Abrangente é uma das mais novas demonstrações contábeis incluída no CPC 26. Ela parte do lucro ou prejuízo apurado na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e é composta de Outros Resultados Abrangentes (ORA), que são mutações que ocorreram no PL, que não foram oriundas de capital dos sócios e por necessitarem de fato gerador posterior ainda não podem ser declarados no resultado do exercício. Ao resultado final apurado na DRE, serão somados ou diminuídos os outros resultados abrangentes, chegando assim ao resultado abrangente do período (CPC, 2011).

O *International Accounting Standards Board* (IASB) define resultados abrangentes como os itens de receitas e despesas (considerando os ajustes de reclassificação) não reconhecidos no lucro ou prejuízo, conforme admitido por outras normas internacionais de contabilidade, as IFRSs (*International Accounting Standards Board* [IASB], 2009).

A divulgação do resultado abrangente foi exigida pela primeira vez no Reino Unido com a emissão do *UK Financial Reporting Standard 3* (UK FRS3) no ano de 1992 (Cahan, Courtenay, Gronewoller & Upton, 2000). Posteriormente, a Nova Zelândia e os Estados Unidos da América (EUA) passaram a exigir essa divulgação. A Nova Zelândia passou a exigir a divulgação do resultado abrangente em 1994 e os EUA, com a emissão do *Statement of Financial Accounting Standards* nº 130 (SPAS 130), passaram a exigir a apresentação em 1997 (Cahan *et al.*, 2000).

O Brasil passou a exigir a divulgação do resultado abrangente para as companhias abertas a partir de 2010. Antes do CPC 26 (R1) não havia normas que regulamentassem o resultado abrangente e seus componentes. O CPC 26 (R1), no seu item 10 (b2) passou a exigir que as companhias apresentem duas demonstrações separadamente, a DRA e a DRE (CPC, 2011).

A exclusão de forma arbitrária de itens como ganhos e perdas da demonstração de resultado gerou uma preocupação por parte de órgãos reguladores, como o *Financial Accounting Standard Board* (FASB) e o IASB, sobre a necessidade de divulgação do resultado abrangente de itens registrados diretamente no PL (Cahan *et al.*, 2000). Segundo Silva e Silva (2015), após a implementação da divulgação da DRA, os pesquisadores passaram a investigar o conteúdo informacional de tal demonstração.

## 2.5 HIPÓTESES DE PESQUISA

Várias pesquisas já foram realizadas com o objetivo de averiguar a relação do lucro com o ORA. Alguns desses estudos não encontraram nenhuma relação, como é o caso dos estudos realizados por Dhaliwal, Subramanyam e Trezevant (1999) que buscavam responder a dois objetivos: (a) se o resultado abrangente ou se o lucro líquido sintetiza um melhor desempenho da empresa pelo reflexo no retorno das ações; e (b) se os componentes do SFAS 130 colaboram para um melhor rendimento das empresas e seu desempenho. A pesquisa não descobriu nenhuma evidência de que o resultado abrangente tem maior poder explicativo do que o lucro líquido, apenas um único componente do SFAS 130 – ajuste de títulos e valores mobiliários, em companhias do setor financeiro, apresentou evidência de relação entre resultado e retorno (Dhaliwal, Subramanyam & Trezevant, 1999).

A pesquisa realizada por Newberry (2003), que averiguou os componentes da DRA, resultou em pelo menos duas críticas à posição do IASB. A primeira é que os padrões contábeis deixaram os contadores com liberdade para definirem quais subcomponentes do lucro serão incluídos no resultado abrangente, permitindo a eles maior poder discricionário no momento de propor qual política contábil a ser adotada, o que daria uma maior liberdade ao gerenciamento dos resultados abrangentes; a segunda crítica está relacionada com a possibilidade dos usuários não possuírem habilidades para assimilar relatórios com informações altamente rebuscadas.

Outras pesquisas que expõem a fragilidade do lucro abrangente foram realizadas por Soutes e Schvirck (2006) e Gallon, Silva, Toledo Filho, & Hein, (2009) que analisaram o ROA, tendo como base o lucro operacional, lucro líquido e o

resultado abrangente. A pesquisa foi realizada com 33 empresas que aderiram ao Nível 1 do segmento de governança corporativa da Bovespa, no exercício findo em 31/12/2005 (Gallon *et al.*, 2009). Os pesquisadores dividiram as empresas em três grupos: 'Retorno Baixo', 'Retorno Médio' e 'Retorno Alto', com base na média geométrica dos lucros. Os resultados mostraram uma falta de uniformidade entre os lucros, e que não houve suporte para sustentar a relevância nas informações proposta pelo lucro operacional contábil, pelo lucro líquido, em relação ao lucro abrangente.

Uma pesquisa que também colaborou para demonstrar a ausência de significância entre o lucro líquido e o lucro abrangente foi realizada por Resende, Pinheiro e Maia (2011), que investigaram o impacto da rentabilidade do patrimônio líquido (ROE) levando em conta o lucro abrangente. A pesquisa foi realizada com empresas que divulgaram suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários (CMV), observando as IFRS, no exercício findo em 31/12/2009, com uma amostra composta por 20 empresas de capital aberto (Resende, Pinheiro & Maia, 2011).

Cahan *et al.* (2000) analisaram se os componentes do resultado abrangente são mais relevantes do que o lucro encontrado na demonstração de resultado. A pesquisa foi realizada no período de 1993 a 1997 na Nova Zelândia, com um grupo de 48 empresas, mas os resultados não apontaram evidência alguma de que os itens de outros resultados abrangentes têm relevância superior ao lucro líquido para explicar o desempenho empresarial. Da mesma forma, Dehning e Ratliff (2004) chegaram à conclusão de que a divulgação da DRA, nos Estados Unidos após as exigências do SPAS 130, não aumentou a utilidade das demonstrações contábeis publicadas como um todo.

Para os pesquisadores que defendem a DRA, como Chambers, Linsmeier, Shakespeare & Sougiannis (2007), ela impõe disciplina sobre os usuários das informações, como os gestores e os analistas. As informações trazidas na DRA passariam a exigir dos gestores a consideração de todos os fatos que afetam o valor da empresa, o que estimularia o gerenciamento de resultado a ser menos atraente.

Os pesquisadores Biddle e Choi (2006) fizeram indagações sobre as vantagens do ORA, analisando 16 definições de renda envolvendo três aplicações: (a) o conteúdo da informação, (b) capacidade de previsão e (c) contrato de remuneração dos executivos. Os resultados indicaram que o ORA oferta mais utilidade para as três aplicações, e que pode haver proveito relevante em divulgar, separadamente, os resultados abrangentes, o que ratifica a posição do IASB (Biddle & Choi, 2006).

Já o estudo realizado por Coelho e Carvalho (2007) focou em proceder a uma análise dos aspectos conceituais do lucro abrangente e lucro operacional, com companhias do setor financeiro, no período de 2001 a 2004. Os resultados por eles encontrados apontam diferenças significativas entre o lucro abrangente e o lucro operacional com relação aos aspectos conceituais, na publicação das demonstrações contábeis.

O estudo realizado por Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012) tinha como objetivo analisar a volatilidade que os ORA provocariam se fossem registrados nos lucros líquidos, com um total de 21 empresas brasileiras que fizeram publicações na *New York Stock Exchange (NYSE)*, entre anos de 2003 a 2007. Os achados apontam uma grande volatilidade, mas sem tendência definida para aumentar ou diminuir os lucros. Essa mesma pesquisa revelou que ocorre uma menor volatilidade

nos resultados abrangentes nas empresas que atuam somente em território brasileiro (Pinheiro *et al.* 2012).

Assim, considerando as descobertas encontradas nas pesquisas realizadas que discutem a utilidade do ORA e que o lucro abrangente, relatado em algumas pesquisas, mostra-se mais extensivo que o lucro líquido por reconhecer outras variações, e que supostamente as empresas possam reconhecer no ORA uma oportunidade de reduzir a variação do resultado, e que essa manipulação possa apresentar um resultado mais estável, tornando-o mais atraente pelas partes interessadas, formularam-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H1 Empresas com resultados abrangentes maiores (em módulo) têm tendência a ser suavizadoras.

H2 Empresas com valores de resultados abrangentes normalmente definidos têm tendência a ser suavizadoras.

H3 Empresas com resultados abrangentes extremados altos (ou baixo) têm tendência a ser suavizadoras.

## Capítulo 3

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa pode ser classificada como aplicada quanto à utilização dos resultados, em função da ênfase no fenômeno da suavização de resultados por meio de escolhas contábeis. Com relação ao objetivo, a pesquisa é descritiva, por analisar o relacionamento da suavização de resultados com os resultados abrangentes. A pesquisa se reveste de características quantitativas, quanto à abordagem do problema, já que se utilizou de técnicas estatísticas no tratamento dos dados (Raupp & Beuren, 2009).

#### 3.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA E FONTE DE DADOS

O rol das empresas alvo desta pesquisa foi constituída pelas empresas de capital aberto listadas na B3. Da amostra foram excluídas as instituições financeiras e seguradoras em razão de suas demonstrações e práticas contábeis serem muito diferentes dos demais segmentos de negócios. Também foram excluídas empresas com ausência de informações, evitando assim distorções indesejadas no resultado da pesquisa.

O período utilizado para o levantamento dos dados da pesquisa foi entre os anos de 2012 e 2016. Essa delimitação do período de tempo deve-se ao fato da metodologia de cálculo da suavização de resultados, em que é feita uma média dos dados de anos anteriores, no caso dessa pesquisa considerou a média de cinco anos. Definiu-se, ainda, por esse período pelo fato da obrigatoriedade da publicação da DRA, que para as empresas brasileiras ocorreu a partir de 2010. Para o cálculo das demais variáveis na regressão, o período de tempo foi entre os anos de 2012 e

2016. Limitou-se ao ano de 2016 por ser este o período mais recente. Durante o levantamento dos dados foi constatado que não houve nenhuma divulgação de ORA anterior a 2010, mesmo que de forma voluntária. Os dados para a amostra foram coletados da base do *software* Economática® e no *site* da B3.

O universo da pesquisa originalmente constitui-se das empresas de capital aberto listadas na B3, totalizando 494 empresas. Após a exclusão da amostra as instituições do setor financeiro e de seguros a quantidade foi reduzida para 355 empresas. Também foram excluídas da amostra empresas com ausência de informações necessárias para realização dos testes, o que resultou em 268 empresas. A composição da amostra encontra-se na Tabela 2.

**TABELA 2: COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA**

| Descrição                                             | Observações |
|-------------------------------------------------------|-------------|
| Empresas brasileiras de capital aberto ativas na B3   | 494         |
| (-) Exclusão de empresas do setor financeiro e seguro | 133         |
| (=) Quantidade de empresas investigadas               | 361         |
| (-) Empresas com dados ausentes                       | 93          |
| (=) Quantidade de empresas da amostra                 | 268         |

Fonte: Elaborado pelo autor.

As fontes das variáveis dependente, independente e de controle da pesquisa encontram-se no Quadro 1. Foram realizados filtros para segregar os dados de forma intencional, conforme procedimento de Richardson (1999). Essa opção em selecionar ou segregar dados mostra uma relação intencional dos elementos da amostra que o pesquisador estabeleceu na formulação das hipóteses e no seu plano de pesquisa.

| Sigla      | Nome da Variável                | Fonte                         |
|------------|---------------------------------|-------------------------------|
| IA         | Índice de Alisamento            | Economática                   |
| ORA        | Outros Resultados Abrangentes   | Economática                   |
| GC         | Governança Corporativa          | Formulário de Referência – B3 |
| BIG4       | Auditadas por empresas Big Four | Formulário de Referência – B3 |
| ContrFam   | Controle Familiar               | Formulário de Referência – B3 |
| LnTam      | Tamanho                         | Economática                   |
| AlavFin    | Alavancagem Financeira          | Economática                   |
| ROA        | Retorno sobre os Ativos         | Economática                   |
| FCO        | Fluxo de Caixa Operacional      | Economática                   |
| Energia    | Setor Energia                   | Economática                   |
| Construção | Setor Construção                | Economática                   |
| Têxtil     | Setor Têxtil                    | Economática                   |
| Siderurgia | Setor Siderurgia                | Economática                   |

Quadro 1: Fonte de coleta dos dados da pesquisa  
 Fonte: Elaborado pelo autor

### 3.2 EQUAÇÕES E VARIÁVEIS DO ESTUDO

Para alcançar o objetivo proposto foram desenvolvidas e aplicadas três equações como alteração apenas na variável ORA que é a variável independente ou explicativa, também chamada de observável. A variável dependente da pesquisa é o Índice de Alisamento (IA) e como variável independente será utilizado o ORA em módulo na primeira equação (ORAMOD), na segunda equação apenas (ORA) considerando os valores normalmente definidos e na terceira equação ORA dicotômico (*DummyHighORA*, *DummyLowORA*). Para as variáveis de controle, que são comuns nas três equações: *Dummy* de Governança Corporativa (*dummy GC*), *Dummy* de Big4 (*dummy BIG4*) *Dummy* de Controle Familiar (*dummy ContrFam*), Tamanho (Ln\_Tam), Alavancagem Financeira (AlavFin), Retorno sobre os Ativos

(ROA), Fluxo de Caixa Operacional (FCO), *Dummy* Setor de Energia (*dummy* ENERG) *Dummy* Setor de Construção (*dummy* CONSTR) *Dummy* Setor Têxtil (*dummy* TEX) e *Dummy* Siderurgia (*dummy* SIDER). Seguem-se as equações e as definições das variáveis.

$$IA_{it} = \beta_0 + \beta_1 ORAMOD_{it} + \beta_2 DummyGC_{it} + \beta_3 DummyBIG4_{it} + \beta_4 DummyContrFam_{it} + \beta_5 Ln\_Tam_{it} + \beta_6 AlavFin_{it} + \beta_7 ROA_{it} + \beta_8 FCO_{it} + \beta_9 Energ_{it} + \beta_{10} Constr_{it} + \beta_{11} Têx_{it} + \beta_{12} Sidert + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$IA_{it} = \beta_0 + \beta_1 ORA_{it} + \beta_2 DummyGC_{it} + \beta_3 DummyBIG4_{it} + \beta_4 DummyContrFam_{it} + \beta_5 Ln\_Tam_{it} + \beta_6 AlavFin_{it} + \beta_7 ROA_{it} + \beta_8 FCO_{it} + \beta_9 Energ_{it} + \beta_{10} Constr_{it} + \beta_{11} Têx_{it} + \beta_{12} Sidert + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$IA_{it} = \beta_0 + \beta_1 DummyHighORA_{it} + \beta_2 DummyLowORA_{it} + \beta_3 DummyGC_{it} + \beta_4 DummyBIG4_{it} + \beta_5 DummyContrFam_{it} + \beta_6 Ln\_Tam_{it} + \beta_7 AlavFin_{it} + \beta_8 ROA_{it} + \beta_9 FCO_{it} + \beta_{10} Energ_{it} + \beta_{11} Constr_{it} + \beta_{12} Têx_{it} + \beta_{13} Sidert + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Em que:

$IA_{it}$  – Variável dependente de alisamento de resultado mensurado por variação percentual do Lucro Líquido dividida por variação percentual das vendas;

$\beta_0$  – Intercepto da regressão;

$\beta_1 ORAMOD_{it}$  – Variável independente ou explicativa é o ajuste de avaliação patrimonial (PL) do ano t menos o ano t-1 dividido pelo ativo total em módulo, para a primeira equação;

$\beta_1 ORA_{it}$  – Variável independente ou explicativa é o ajuste de avaliação patrimonial (PL) do ano  $t$  menos o ano  $t-1$  dividido pelo ativo total para valores normalmente definidos, para segunda equação;

$\beta_1 DummyHighORA_{it}$  – Variável independente ou explicativa *dummy highORA* para o quarto quartil, na terceira equação;

$\beta_2 DummyLowORA_{it}$  – Variável independente ou explicativa *dummy LowORA* para o primeiro quartil, na terceira equação;

$\beta_2 DummyGC_{it}$  – Variável de controle com *dummy* 1(um) para pertencente a um segmento de governança corporativa e *dummy* 0 (zero) para não pertencente a um dos segmentos de governança corporativa, para a primeira e segunda equação;

$\beta_3 DummyBIG4_{it}$  – Variável de controle com *dummy* 1(um) se a empresa foi auditada por uma empresa *Big four*, *dummy* 0 (zero) para empresas não auditada por *Big four*, para a primeira e segunda equação;

$\beta_4 DummyContrFam_{it}$  – Variável de controle com *dummy* 1(um) para empresa controlada por familiar *dummy* 0 (zero) para empresa não controlada por familiar, para a primeira e segunda equação;

$\beta_5 Ln\_Tam_{it}$  – Variável de controle para o tamanho da empresa  $i$  no ano  $t$ , medido pelo logaritmo do ativo total, para a primeira e segunda equação;

$\beta_6 AlavFin_{it}$  – Variável de controle para alavancagem financeira da empresa  $i$  no ano  $t$ , medida por dívidas de curto e longo dividido pelo patrimônio líquido, para a primeira e segunda equação;

$\beta_7 ROA_{it}$  – Variável de controle para retorno sobre ativos da empresa  $i$  no ano  $t$ , medida pelo lucro antes dos impostos dividido pelo ativo total, para a primeira e segunda equação;

$\beta_8 FCO_{it}$  – Variável de controle fluxo de caixa operacional da empresa  $i$  no ano  $t$ , medida pelo fluxo de caixa operacional dividido pelo ativo total, para a primeira e segunda equação;

$\beta_9 Energy_{it}$  – Variável de controle com *dummy* 1(um) se a empresa pertence ao setor de energia, *dummy* 0 (zero) para empresa que não pertence ao setor de energia, para a primeira e segunda equação;

$\beta_{10} Constr_{it}$  – Variável de controle com *dummy* 1(um) se a empresa pertence ao setor de construção, *dummy* 0 (zero) se não pertence ao setor de construção, para a primeira e segunda equação;

$\beta_{11} Textil_{it}$  – Variável de controle com *dummy* 1(um) se a empresa pertence ao setor têxtil, *dummy* 0 (zero) para empresas que não pertence ao setor têxtil, para a primeira e segunda equação;

$\beta_{12} Sider_{it}$  – Variável de controle com *dummy* 1(um) se a empresa pertence ao setor de siderurgia, *dummy* 0 (zero) para empresas não pertencente ao setor de siderurgia, para a primeira e segunda equação;

$\varepsilon_{it}$  – Termo de erro.

Com a inclusão de uma variável independente a mais, na terceira equação as variáveis de controle tiveram seus números *betas* alterados:  $\beta_3$  para *Dummy* de GC,  $\beta_4$  para *Dummy* de BIG4,  $\beta_5$  para *Dummy* de Controle Familiar,  $\beta_6$  para variáveis tamanho,  $\beta_7$  para Alavancagem financeira,  $\beta_8$  para ROA,  $\beta_9$  para FCO,  $\beta_{10}$  para *Dummy* do Setor Energia,  $\beta_{11}$  para *Dummy* do setor Construção,  $\beta_{12}$  para *Dummy* setor do Têxtil e  $\beta_{13}$  para *Dummy* do setor Siderurgia.

No quadro 2 são apresentadas as variáveis, suas siglas, o nome das variáveis e a descrição de cada uma delas.

| Variável     | Sigla      | Nome da Variável                | Descrição                                                                               |
|--------------|------------|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| Dependente   | IA         | Índice de Alisamento            | <i>Proxy</i> de Alisamento de resultados                                                |
| Independente | ORA        | Outros Resultados Abrangentes   | Ajuste de Avaliação Patrimonial (PL) $(\text{Ano } t - \text{Ano } t-1)$<br>Ativo Total |
| Controle     | GC         | Governança Corporativa          | <i>Dummy</i> de segmento de GC                                                          |
|              | BIG4       | Auditadas por empresas Big Four | <i>Dummy</i> de empresas auditada pelas 4 grandes empresas de auditoria                 |
|              | ContrFam   | Controle Familiar               | <i>Dummy</i> de empresas em que as famílias mantem o controle                           |
|              | LnTam      | Tamanho                         | Logaritmo do ativo                                                                      |
|              | AlavFin    | Alavancagem Financeira          | $\frac{PC + PNC}{\text{Patrimônio Líquido}}$                                            |
|              | ROA        | Retorno sobre os Ativos         | $\frac{EBIT}{\text{Ativo Total}}$                                                       |
|              | FCO        | Fluxo de Caixa Operacional      | $\frac{FCO}{\text{Ativo Total}}$                                                        |
|              | Energia    | Setor Energia                   | <i>Dummy</i> de Setor de Energia                                                        |
|              | Construção | Setor Construção                | <i>Dummy</i> de Setor de Construção                                                     |
|              | Têxtil     | Setor Têxtil                    | <i>Dummy</i> de Setor de Têxtil                                                         |
|              | Têxtil     | Setor Têxtil                    | <i>Dummy</i> de Setor de Têxtil                                                         |

Quadro 2: Variáveis dependente e independente

Fonte: Adaptado de Wrubel *et al.* (2016).

### 3.3 MÉTRICA E LITERATURA DAS VARIÁVEIS

#### 3.3.1 Métrica de Suavização

São duas as métricas que identificam as empresas em suavizadoras e não suavizadoras de resultados. O primeiro modelo é o desenvolvido por Eckel (1981) que segrega as empresas em suavizadoras e não suavizadoras, no qual as empresas que apresentam índice de alisamento menor que 1 (um) são suavizadoras e as que apresentam índice de alisamento maior que 1 (um), não são suavizadoras. O segundo modelo, elaborado por Leuz, Nanda e Wysocki (2003), mede o grau da suavização dos resultados, ou seja, mensura o grau de interferência dos gestores na variabilidade dos lucros (Castro & Martinez, 2009; Almeida, Sarlo Neto, Bastianello & Moneque, 2012; Konraht, Soutes & Alencar, 2016).

Importantes trabalhos foram publicados nos últimos vinte e oito anos utilizando o modelo de Eckel, como os realizados por Lyra e Moreira (2011), Castro e Martinez (2009), Bao e Bao (2004), Michelson, Jordan-Wagner e Wootton (2000), Booth, Kallunki e Martikainen (1996), Ashari, Koh, Tan e Wong, (1994) e Albrecht e Richardson (1990). Conforme aplicado por Castro e Martinez (2009), na pesquisa foi usado o modelo modificado com a finalidade de reduzir erros de classificação, em sintonia com a metodologia de Chalayer-Rouchon (1994) em que são excluídas as empresas que apresentam Índice de Suavização (IS), ou também denominado Índice de Alisamento (IA) entre 0,90 e 1,10 como área cinzenta (Castro & Martinez 2009; Chalayer-Rouchon, 1994), resultando em:

$$IA = 0,90 \leq \left[ \left| \frac{CV\Delta\%LucroLíquido}{CV\Delta\%Vendas} \right| \right] \leq 1,10 \quad (4)$$

Alisamento  $\leq$  | área cinza |  $\leq$  Sem alisamento

São excluídas as entidades que apresentam Índice de Alisamento (IA) entre 0,90 e 1,10 como área cinzenta, ou seja, empresas que possuem índice não conclusivo (Castro & Martinez 2009).

A segunda métrica usada para medir a suavização de resultados é a análise empírica realizada por Leuz *et al.* (2003). A métrica mira nas escolhas contábeis, e seu objetivo é capturar o grau de como os gestores reduzem a variabilidade dos lucros realizados através dos ajustes do regime de competência (Castro & Martinez, 2009).

Os autores Lopes, Tukamoto e Galdi (2007), Castro e Martinez (2009) e Almeida *et al.* (2012) descrevem como encontrar o resultado proposto na métrica de suavização de Leuz *et al.* (2003), ou seja: desvio padrão do Lucro Operacional (LOp) dividido pelo desvio padrão do FCO. Castro e Martinez (2009) destacam que a variável LOp quando escalonada pelo FCO controla todas as diferenças de variabilidade da performance econômica. O cálculo do FCO foi feito por eles de forma indireta, em suas amostras, por meio de uma estimação numa série temporal (Castro & Martinez, 2009).

Portanto, a segunda métrica proposta para medir o grau de alisamento nas empresas, conforme esses autores, é assim estabelecida:

$$IA = \frac{\sigma (\text{lucro operacional})}{\sigma (\text{fluxo de caixa operacional})} \quad (5)$$

A pesquisa foi realizada com base nas informações dos dados coletados no Economática com as empresas listadas na B3. As empresas foram classificadas em alisadoras e não alisadoras com base na métrica de Eckel (1981). Castro e Martinez

(2009) fizeram a mesma classificação e cálculo em suas pesquisas, para confirmar a suavização ou não das empresas.

### 3.3.2 Literatura suporte das variáveis

A literatura que suporta a utilização da variável dependente que foi usada na pesquisa, apresentada no quadro 3, são as de Eckel (1981) para o Índice de Alisamento que é a *proxy* de alisamento ou suavização de resultado (Pinheiro *et al.*, 2012; Castro & Martinez, 2009).

A literatura que sustenta a variável independente e as variáveis de controle constantes no quadro 3, que foram usadas na pesquisa, são: Para a variável Outros Resultados Abrangentes, Lyra e Moreira (2011) e Vieira *et al.* (2011); para variável Governança Corporativa, Becker, Defond, Jiambalvo e Subramanyam, (1998) e Bartov, Gul e Tsui (2001); para variável *Big Four*, Habib (2005), Siregar e Utama (2008) e Velury (2003); para a variável Controle Familiar, Ashari *et al.* (1994), Habib (2005), Mendes e Rodrigues (2006) e Carlson e Bathala (1997); para a variável Tamanho, as pesquisas de Coelho e Lopes (2007), Defond e Park (1997), Klann (2011) e Lin e Rong (2012); para a variável Alavancagem Financeira, as pesquisas de Ashari *et al.* (1994) e Carlson e Bathala (1997); para a variável ROA, as pesquisas de Paulo e Leme (2009), Klann (2011) e Lin e Rong (2012); para a variável Fluxo de Caixa Operacional, as pesquisas Ashari *et al.* (1994); e Mendes e Rodrigues (2006) para as variáveis Setor Energia, Construção, Têxtil e Siderurgia. No quadro 3 está o resumo das pesquisas que utilizaram as mesmas variáveis.

| Sigla      | Nome da Variável              | Pesquisas que utilizaram a variável                                                             |
|------------|-------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IA         | Índice de Alisamento          | Eckel (1981), Pinheiro <i>et al.</i> (2012) e Castro; Martinez, (2009).                         |
| ORA        | Outros Resultados Abrangentes | Lin e Rong (2012) e Pinheiro <i>et al.</i> (2012)                                               |
| GC         | Governança Corporativa        | Lyra e Moreira (2011) e Vieira <i>et al.</i> (2011)                                             |
| BIG4       | Empresas Big Four             | Becker <i>et al.</i> (1998) e Bartov, Gul e Tsui (2001)                                         |
| ContrFam   | Controle Familiar             | Habib (2005), Siregar e Utama (2008) e Velury (2003)                                            |
| LnTam      | Tamanho                       | Ashari <i>et al.</i> (1994), Habib (2005), Mendes e Rodrigues (2006) e Carlson e Bathala (1997) |
| AlavFin    | Alavancagem Financeira        | Coelho e Lopes (2007), Defond e Park (1997), Klann (2011) e Lin e Rong (2012)                   |
| Energia    | Setor Energia                 | Ashari <i>et al.</i> (1994) e Mendes e Rodrigues (2006)                                         |
| Construção | Setor Construção              | Ashari <i>et al.</i> (1994) e Mendes e Rodrigues (2006)                                         |
| Têxtil     | Setor Têxtil                  | Ashari <i>et al.</i> (1994) e Mendes e Rodrigues (2006)                                         |
| Siderurgia | Setor Siderurgia              | Ashari <i>et al.</i> (1994) e Mendes e Rodrigues (2006)                                         |

Quadro 3: Pesquisas com as mesmas variáveis  
 Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.4 CÁLCULO DO ÍNDICE DE ALISAMENTO (IA)

O índice de alisamento é a razão entre o coeficiente de variação do lucro líquido dividido pelo coeficiente de variação da receita bruta de cada uma das empresas avaliadas no estudo. O coeficiente de variação é a razão do desvio padrão pela média. O procedimento de cálculo explicado a seguir foi repetido para cinco diferentes períodos: 2008 a 2012 – para o IA 2012; 2009 a 2013 – para o IA 2013; 2010 a 2014 – para o IA 2014; 2011 a 2015 – para o IA 2015 e o último entre

2012 a 2016 – para o IA de 2016. Cada empresa possui seu índice de alisamento, portanto as descrições abaixo são realizadas para todas as empresas.

No primeiro passo é realizado o cálculo da média aritmética e desvio padrão do período em questão, tanto da variável lucro líquido quanto para variável receita bruta. Após a realização do cálculo, tem como resultado o Coeficiente de Variação (CV) que é a razão entre o desvio padrão e a média, tanto do lucro líquido quanto da receita bruta. Tem como resultado da razão desses dois coeficientes o IA.

Com o índice IA calculado, as empresas são classificadas como alisadoras e não alisadoras. Se o índice obteve valores menores ou iguais a 0,90, a empresa será considerada alisadora, as empresas com valores maiores ou iguais a 1,10 serão consideradas não alisadora. As empresas que apresentarem índices acima de 0,90 e abaixo de 1,10 não tem seu índice validado, intervalo conhecido como área cinzenta, ou seja, empresas que possuem índice não conclusivo (Castro & Martinez, 2009). Tais empresas não serão consideradas no teste de regressão.

Para este estudo foram consideradas como empresas alisadoras aquelas que apresentaram esse comportamento e mantiveram do início até o fim do período pesquisado. As demais podem ter sido alisadoras em algum momento, mas não mantiveram a classificação. A escolha do quesito de se manter alisadora do início ao fim do período justifica-se por ser mais preciso e categórico na afirmação de um comportamento alisador, afastando a possibilidade de possível questionamento das partes interessadas nos resultados apresentados.

## Capítulo 4

### 4 RESULTADO DA PESQUISA

#### 4.1 DISTRIBUIÇÃO E ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa nas tabelas de 3 a 6. Na tabela 3 é apresentada a distribuição da variável dependente, a tabela 4 relata a estatística descritiva das variáveis contínuas, na tabela 5 foi exposta a distribuição percentual das variáveis binárias e na tabela 6 são descritos os resultados da regressão logística com dados em painel.

Na tabela 3 encontra-se a distribuição das 268 empresas que apresentaram as informações completas para calcular o índice de alisamento. Desse universo, 49 empresas foram classificadas como alisadoras, esse grupo de empresas se manteve alisadora do início ao fim. As demais podem ter sido alisadoras em algum momento, mas não mantiveram a classificação. E o restante, 219 empresas foram classificadas como não alisadoras.

**TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE**

| <b>Classificação</b> | <b>n</b> | <b>%</b> |
|----------------------|----------|----------|
| Alisadoras           | 49       | 18,3%    |
| Não alisadoras       | 219      | 81,7%    |
| Total                | 268      | 100,0%   |

Fonte: Elaborado pelo autor

Após a análise da distribuição das empresas em alisadoras e não alisadoras, na tabela 4 é apresentada a estatística descritiva das variáveis contínuas utilizadas no trabalho, para as duas classes.

TABELA 4 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS CONTÍNUAS

| Variável    | Grupo          | N   | Média   | Desvio Padrão | Mínimo    | Máximo  |
|-------------|----------------|-----|---------|---------------|-----------|---------|
| ORA         | Não alisadoras | 215 | 0,0053  | 0,024         | 0         | 0,3637  |
|             | Alisadoras     | 44  | 0,0031  | 0,014         | 0         | 0,12    |
| TAM         | Não alisadoras | 213 | 6,32    | 0,78          | 3         | 8,5     |
|             | Alisadoras     | 44  | 6,16    | 0,81          | 4,05      | 7,83    |
| Alavancagem | Não alisadoras | 213 | -0,0887 | 3,1735        | -100,1104 | 7,4108  |
| Financeira  | Alisadoras     | 44  | 0,6     | 1,156         | -7,5484   | 11,6624 |
| FCO         | Não alisadoras | 213 | 0,076   | 0,107         | -0,744    | 1,06    |
|             | Alisadoras     | 44  | 0,075   | 3,4           | -29,74    | 34,02   |
| ROA         | Não alisadoras | 213 | 0,00795 | 0,1942        | -2,266    | 2,2173  |
|             | Alisadoras     | 44  | 0,0635  | 6,0638        | -15,839   | 76,9125 |

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao observar a tabela 4 pode-se destacar que as empresa alisadoras apresentam uma média de ORA de 0,0031 e as empresas não alisadoras uma média de 0,0053. Para a variável tamanho (TAM) os resultados apresentam que, em média, as empresas alisadoras são menores que as não alisadoras, o mesmo acontece com a variável Fluxo de Caixa Operacional (FCO).

Para as variáveis Alavancagem Financeira (ALavFin), as empresas não alisadoras possuem uma média negativa enquanto que as alisadoras possuem uma média positiva. Observa-se ainda, nos resultados de Alavancagem Financeira e Retorno sobre os Ativos (ROA), um comportamento diferente das variáveis ORA, TAM e FCO, ou seja, empresas alisadoras apresentam valores médios maiores que as empresas não alisadoras.

A estatística descritiva das variáveis binárias é demonstrada na tabela 5. Dessas variáveis dicotômicas apresentadas, apenas Governança Corporativa (GC) e empresas auditadas por *Big Four* (BIG4) mudam ao longo dos modelos. As demais se repetem, pois não são coletadas a cada ano em função da sua característica.

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS VARIÁVEIS BINÁRIAS

| Variável      | Grupo          | Sim |      | Não |      | Total |
|---------------|----------------|-----|------|-----|------|-------|
|               |                | n   | %    | n   | %    |       |
| GC            | Não alisadoras | 79  | 36,1 | 140 | 63,9 | 219   |
|               | Alisadoras     | 6   | 12,2 | 43  | 87,8 | 49    |
| BIG4          | Não alisadoras | 129 | 58,9 | 90  | 41,1 | 219   |
|               | Alisadoras     | 19  | 38,8 | 30  | 61,2 | 49    |
| Controle      | Não alisadoras | 73  | 33,3 | 146 | 66,7 | 219   |
| Familiar      | Alisadoras     | 6   | 12,2 | 43  | 87,8 | 49    |
| Dummy Energia | Não alisadoras | 38  | 17,4 | 181 | 82,6 | 219   |
|               | Alisadoras     | 14  | 28,6 | 35  | 71,4 | 49    |
| Dummy         | Não alisadoras | 25  | 11,4 | 194 | 88,6 | 219   |
| Construção    | Alisadoras     | 2   | 4,1  | 47  | 95,9 | 49    |
| Dummy         | Não alisadoras | 11  | 5    | 208 | 95   | 219   |
| Têxtil        | Alisadoras     | 2   | 4    | 47  | 96   | 49    |
| Dummy         | Não alisadoras | 5   | 2,3  | 214 | 97,7 | 219   |
| Siderurgia    | Alisadoras     | 2   | 4    | 47  | 96   | 49    |

Fonte: Elaborada pelo autor

Na estatística descritiva das variáveis binárias, destaca-se que 87,8% das empresas alisadoras não fazem parte de nenhum segmento de governança corporativa, enquanto que 63,9% das empresas não alisadoras não fazem parte de nenhum segmento de governança. Outra observação relevante apresentada diz respeito às empresas auditadas por BIG4, em que 38,8% alisam seus resultados, ao passo que, das 129 empresas não alisadoras, 41,1% não são auditadas por *Big Four*. Quanto a controle familiar nas empresas, 12,2% apresentam comportamento alisador e 33,3% não são alisadoras.

Quanto às variáveis *dummy* para setor, apenas o setor de energia elétrica chama a atenção, no qual 28,6% das empresas são alisadoras. Os setores construção, têxtil e siderurgia apresentam um número reduzido de empresas classificadas como alisadoras, apenas duas em cada setor, um percentual médio de 4%, o que causa a impossibilidade de realizar uma análise mais detalhada.

## 4.2 REGRESSÃO LOGÍSTICA

Em suas pesquisas Ashari *et al.* (1994) afirmam que vários métodos estatísticos podem ser empregados para sondar a ocorrência do alisamento de resultado. Para os autores, o modelo logístico apresenta-se como o mais adequado, por ser o alisamento uma variável binária, que envolve a escolha entre duas alternativas (Ashari *et al.*,1994). A Regressão Logística é utilizada quando a variável dependente (resposta) é do tipo dicotômica. A variável dependente em questão – Índice de Alisamento – é classificada em não alisadora (0) e alisadora (1). Com isso, toda resposta dada tem como base a razão de chances de uma empresa alisadora.

Os modelos apresentados foram gerados para os períodos de cinco anos acumulados: 2012 (referente ao período de 2008 a 2012), 2013 (referente ao período de 2009 a 2013), 2014 (referente ao período de 2010 a 2014), 2015 (referente ao período de 2011 a 2015) e 2016 (referente ao período de 2012 a 2016). Com esses períodos foi aplicada a regressão logística com os dados em painel.

Para observação dos dados pelo menos três tipos de modelo podem ser usados, quais sejam: dados em série temporal, dados de coorte ou dados em painel. Para realização dessa pesquisa foram utilizados dados em painel por serem considerados mais apropriados, por se tratar de dados de diversas empresas, e pelo fato de que seus dados estão dispostos em um determinado período de tempo. O modelo foi gerado usando a técnica de análise de painel entre os anos de 2012 a 2016.

Para analisar o modelo de Regressão Logística é importante compreender a razão de chance (odds ratios, OD ou OR). Se o valor para determinada variável

independente for superior a 1, atribui-se que a manifestação dessas variáveis aumenta a chance de ser alisadora em tantos x% (OD = 1,5 no valor da variável, implica em 50% a chance da empresa ser alisadora). Se o valor para determinada variável independente for abaixo de 1, atribui-se que a manifestação da variável reduz a chance de a empresa ser alisadora em tantos % (OD = 0,85, implica em uma queda de 15% na chance de ser alisadora).

O nível de significância utilizado é de 5% e esse é comparado com o valor de p (sig) de cada variável que informa se ela contribui ou não para o modelo. O ajuste é avaliado pelo teste de Hosmer e Lemeshow ( $p > 0,05$ ). O teste de Hosmer e Lemeshow tem a finalidade de avaliar a validade preditiva do modelo de regressão logística (Hosmer & Lemeshow, 1989). Os testes realizados indicaram que o modelo é significativo ( $p > 0,05$ ), portanto as inferências feitas a partir dele tem validade.

O resultado da regressão logística está apresentado na tabela 6 como parte complementar para análise sobre as variáveis da pesquisa a partir dos dados disponibilizados pelo o *StataMP* versão 13. Foi aplicado no modelo de regressão logística o teste de Hosmer e Lemeshow que indicou ser um modelo significativo ( $p > 0,05$ ), e por isso as inferências feitas a partir dele indicam que o modelo tem validade. Essa pesquisa investiga a relação de um conjunto de variáveis sobre a variável alisamento, nas 268 empresas da amostra.

Além de sintetizar os resultados encontrados, a tabela 6, também apresenta o resultado das três equações formuladas, para o ORA módulo, ORA considerando os valores normalmente definidos e *Dummy* ORA. O ORA é variável independente, ou variável explicativa da pesquisa.

TABELA 6 - MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA O ÍNDICE DE ALISAMENTO

| Variável                | ORA Módulo  |                  | ORA         |                  | ORA Dummy   |                  |
|-------------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|
|                         | OR          | Prob.            | OR          | Prob.            | OR          | Prob.            |
| C                       | 0,62        | 0.3799           | 0,64        | 0.4203           | 0,80        | 0.6856           |
| ORA__MÓDULO             | 0,08        | 0.4458           | -           | -                | -           | -                |
| ORA                     | -           | -                | 7,94        | 0.5180           | -           | -                |
| <b>HighORA</b>          | -           | -                | -           | -                | <b>1,50</b> | <b>0.0717*</b>   |
| <i>LowORA</i>           | -           | -                | -           | -                | 1,12        | 0.5839           |
| GC                      | 0,96        | 0.8028           | 0,96        | 0.7866           | 0,95        | 0.7496           |
| BIG4                    | 1,19        | 0.2580           | 1,18        | 0.2777           | 1,18        | 0.2788           |
| CONTROLE_FAMILIAR       | 0,93        | 0.6250           | 0,92        | 0.5769           | 0,92        | 0.5881           |
| TAM                     | 1,08        | 0.4198           | 1,07        | 0.4666           | 1,03        | 0.7841           |
| ALAFIN                  | 1,00        | 0.5033           | 1,00        | 0.5054           | 1,00        | 0.5081           |
| <b>ROA</b>              | <b>0,98</b> | <b>0.0000***</b> | <b>0,98</b> | <b>0.0000***</b> | <b>0,98</b> | <b>0.0000***</b> |
| <b>FCO</b>              | <b>1,45</b> | <b>0.0012***</b> | <b>1,45</b> | <b>0.0013***</b> | <b>1,44</b> | <b>0.0015***</b> |
| <b>DUMMY_ENERGIA</b>    | <b>1,82</b> | <b>0.0006***</b> | <b>1,83</b> | <b>0.0006***</b> | <b>1,72</b> | <b>0.0030***</b> |
| DUMMY_CONSTRUCAO        | 1,26        | 0.9116           | 1,04        | 0.8426           | 1,07        | 0.7280           |
| DUMMY_TEXTIL            | 1,19        | 0.5335           | 1,21        | 0.4946           | 1,22        | 0.4739           |
| <b>DUMMY_SIDERURGIA</b> | <b>3,10</b> | <b>0.0099***</b> | <b>3,10</b> | <b>0.0098***</b> | <b>3,08</b> | <b>0.0105***</b> |

Nota: A tabela mostra a razão de chance e o p-valor. Nível de significância de 10% (\*), de 5% (\*\*) e de 1% (\*\*\*).

Fonte: Elaborada pelo autor

A regressão logística apresenta o resultado de três diferentes modelos. O primeiro é o ORA Módulo que utiliza todos os valores de ORA em módulo (valores positivos), o segundo modelo trata a variável ORA como ela é definida normalmente e o terceiro modelo transforma a variável em duas *dummies*: *HighORA* e *LowORA*. A *HighORA* define com valor 1 os 25% maiores valores apresentados pela variável ORA, aos demais é atribuído o valor 0. A *LowORA* define como valor 1 os 25% menores valores apresentados pela variável ORA e aos demais é atribuído valor 0.

Os coeficientes do modelo indicam que, utilizando 1% de significância, as variáveis FCO (valor p= 0,0012), ROA (valor p = 0,0000), *Dummy* de Energia (valor p = 0,0006 e *Dummy* de Siderurgia (valor p = 0,0099) tem relação com o índice de alisamento das empresas. A razão de chance de 1,45 mostra que um aumento no FCO aumenta em 45% a chance de as empresas serem alisadoras. A

razão de chance de 0,98 mostra que um aumento no ROA diminui em 2,0% a chance de as empresas serem alisadoras.

A *Dummy* de energia variou de 1,72 (no modelo ORA *Dummy*) até 1,83 (no modelo ORA). Independente desses números, o fato de ser do setor de energia aumenta entre 72% e 83% a chance de a empresa ser alisadora. A *Dummy* de Siderurgia teve razão de chance entre 3,08 e 3,10, indicando que ser do setor de siderurgia aumenta entre 208% e 210% a chance de a empresa ser alisadora.

Para variável ORA observa-se uma relação diferente daquela esperada na formulação das hipóteses 1 e na hipótese 2. Pode-se verificar que o resultado apresentado não é significativo para essa variável. Já para o resultado encontrado na variável independente *Dummy* HighORA, o ORA mostrou significância a 10%, o que permite inferir que existe uma relação de empresas com valores de ORA mais alto com a suavização de resultados e que é possível sugerir que os gestores das empresas pesquisadas podem usar os outros resultados abrangentes para praticar a suavização em seus resultados. O resultado confirma a hipóteses 3 (H3) de que empresas com resultados abrangentes mais altos tem tendência a ser suavizadoras.

As demais variáveis de controle como a GC, TAM, AlavFin, Big4, Controle Familiar, *Dummy* Construção e *Dummy* Têxtil apresentaram resultados não confirmatórios, portanto na pesquisa não foi encontrado resultado significativo para estas variáveis.

## Capítulo 5

### 5 CONCLUSÃO

Este trabalho examinou se existe uma relação entre a divulgação de outros resultados abrangente e a suavização de resultados das empresas de capital aberto listadas na B3. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa utilizou uma amostra com 268 empresas, no período de 2012 a 2016. Primeiramente, aplicou a métrica de Eckel (1981) para classificar as empresas em suavizadoras e não suavizadoras, considerando os valores menor ou igual a 0,90 como empresas suavizadoras e maior ou igual a 1,10 como empresas não suavizadoras e excluindo as empresas que apresentaram índices entre 0,90 e 1,10, definido como área cinzenta, para reduzir erro de classificação.

Para confirmar a relação entre suavização e o ORA aplicou-se um modelo de Regressão Logística com dados em painel utilizando o AI como variável dependente, os dados de ORA módulo, ORA e *Dummy* ORA como variáveis independente em três equações diferentes, *Dummy* GC, FCO, ROA, AlavFin e Ln\_Tam, BIG4, Controle\_Familiar, *Dummy* Energia, *Dummy* Construção, *Dummy* Siderurgia e *Dummy* Têxtil como variáveis controle. O modelo Logístico foi escolhido para esse trabalho por incorporar um resultado mais consistente.

Os resultados da regressão logística utilizando o ORA módulo e ORA com valores positivos e negativos, também não apresentaram resultados significantes, para esses dois testes apenas as variáveis FCO, ROA e as *Dummy* setoriais de energia e siderurgia apresentaram significância confirmando uma relação entre ORA e suavização de resultados.

Com os resultados encontrados na regressão logística utilizando a variável independente *Dummy HighORA* na pesquisa, o ORA mostrou significância a 10% o que permite inferir que existe uma relação de empresas com valores de ORA mais alto com a suavização de resultados e que é possível sugerir que os gestores das empresas pesquisadas usam os outros resultados abrangentes para praticar a suavização em seus resultados, visto que o resultado confirma a hipótese de que empresas com resultados abrangentes mais altos tem a tendência a ser suavizadoras. As variáveis que nos outros dois modelos apresentaram significância mantiveram o mesmo resultado nessa regressão.

Considerando o resultado alcançado, a pesquisa contribuiu para sugerir que os outros resultados abrangentes podem servir de recursos para suavização de resultados, seja pelos gestores ou pelos responsáveis pela elaboração e divulgação dos resultados das empresas, e com base na literatura, essa suavização pode ocorrer de forma natural ou intencional.

Por fim, considerando que a DRA é uma demonstração pouco conhecida e pela constatação de pouco estudo que envolve o tema por parte dos pesquisadores no Brasil sugere-se, portanto, pesquisas averiguando a relação do ORA com agressividade fiscal, por exemplo. Para esse e outros temas ainda existe uma escassez de estudo. Constata-se também a falta de estudos, no Brasil, que envolvam a utilidade da DRA para investidores, acionistas, credores, gestores e partes interessadas.

## REFERÊNCIAS

- Albrecht, W. D. & Richardson, F. M. (1990). Income smoothing by economy sector. *Journal of Business Finance and Accounting*, 17(5), 713-730.
- Almeida, J. E. F. De, Sarlo Neto, A., Bastianello, R. F. & Moneque, E. Z. (2012). Alguns aspectos das práticas de suavização de resultados no conservadorismo das companhias abertas listadas na BM&FBovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(58), 65-75.
- Andrade, A. & Rossetti, J. P. (2007). *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. São Paulo: Atlas.
- Ashari, N., Koh, H.C., Tan, S.L. & Wong, W.H. (1994). Factors affecting income smoothing among listed companies in Singapore. *Accounting and Business Research*, 24 (96), 291- 301.
- Baioco, V. G., Almeida, J. E. F. De & Rodrigues, (2013) A. Incentivo da Regulação de Mercados Sobre o Nível de Suavização de Resultados. *Revista Contabilidade Vista & Revista*. 24(2), 110-136.
- Bao, B. & Bao, D. (2004). Income Smoothing, Earnings Quality and Firm Valuation. *Journal of Business Finance and Accounting*. Recuperado em 15 junho, 2017, de [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=618313](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=618313)
- Bartov, E., Gul, F. A. & Tsui, J. S.L. (2001). Discretionary-accruals models and audit qualifications. *Journal of Accounting and Economics*. 30(3), 421-452.
- Becker, C.L., Defond, M.L., Jambalvo, J. & Subramanyam, K.R. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*. 15(1), 1-24.
- Biddle, G. C. & Choi, J. H. (2006). Is comprehensive income useful? *Journal of Contemporary Accounting & Economics*. 2(1), 1-32.
- BM&FBovespa. (2016). Segmento de listagem. Recuperado em 09 maio, 2017, de [www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem)
- Booth, G. G., Kallunki, J. P. & Martikainen, T. (1996). Post-announcement drift and income smoothing: finnish evidence. *Journal of Business Finance and Accounting*. 23(8), 1197-1211.
- Cahan, S. F., Courtenay, S. M., Gronewoller, P. L. & Upton, D. R. Value relevance of mandated comprehensive income disclosures. (2000). *Journal of Business Finance and Accounting*. 27(9-10), 1273-1301.

- Carlson, S. J. & Bathala, C.T. (1997). Ownership differences and firms' income smoothing behavior. *Journal of Business Finance and Accounting*. 24(2), 179-196.
- Castro, M. A. R. & Martinez, A. L. (2009). Income Smoothing, Custo de Capital de Terceiros e Estrutura de Capital no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*. 10(6), 25-46.
- Chalayer-Rouchon, S. (1994). Identification et motivations des pratiques de lissages des entreprisesfrançaises cotées en bourse. Sciences de l'Homme et Société. Université Jean Monnet: Saint-Etienne. Resgatado em 15 junho, 2017, de <https://halshs.archives-ouvertes.fr/tel-00522579>.
- Chambers, D., Linsmeier, T. J., Shakespeare, C. & Sougiannis, T. (2007). An evaluation of SFAS n.130 comprehensive income disclosures. *Review of Accounting Studies*. 12(4), 557-593.
- Coelho, A. C. & Carvalho, L. N. (2007). Análise conceitual de lucro abrangente e lucro operacional corrente: evidências no setor financeiro brasileiro. *BBR - Brazilian Business Review*. 4(2), 119-139.
- Coelho, A. C. D. & Lopes, A. B. (2007). Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. *Revista de Administração Contemporânea*. 11(2), 121-144.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico. (2011). Apresentação das Demonstrações Contábeis. Resgatado em 09 maio, 2017, de [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2003.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2003.pdf).
- Dechow, P., Ge, W. & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: a review of the proxies. their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*. 50, 344-401.
- Defond, M. & Park, C. W. (1997). Smoothing income in anticipation of future earnings. *Journal of Accounting and Economics*. 23, 115-139.
- Dehning, B.& Ratliff, P. A. (2004). Comprehensive Income: Evidence On The Effectiveness Of Fas 130. *The Journal Of American Academy Of Business*. Cambridge, 4, (1-2), 228-232.
- Dhaliwal; D., Subramanyam, K.R. & Trezevant, R. (1999). Is comprehensive income superior to net income as a measure of firm performance? *Journal of Accounting and Economics*. 26, 43-67.
- Eckel, N. (1981). The income smoothing hypothesis revisited. *Abacus*, 17(1), 28-40.

- Gallon, A. V., Silva, T. P., Toledo Filho, J. R. & Hein, N. (2009). Análise do ROA sobre as diferentes formas de apresentação do lucro nas empresas do nível 1 de governança corporativa da Bovespa. *Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*. 6(1), 49-58.
- Habib, Ashan. (2005). Firm-specific determinants of income smoothing in bangladesch: an empirical evaluation. *Advances in International Accounting*. 28, 53-71.
- Hosmer, D. & Lemeshow, S. (1989). *Applied logistic regression*. New York: John Wiley & Sons.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2015) Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Recuperado em 09 maio, 2017, de <http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Publicacoes/Publicacao-IBGCCodigo-CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>
- International Accounting Standards Board. (2009). *Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs): incluindo as normas internacionais de contabilidade (IASs) e as interpretações tal como aprovadas em 1º de Janeiro de 2008*. São Paulo: IBRACON.
- KLANN, R. C. (2011) *Gerenciamento de resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS*. (Tese de doutorado). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil. Recuperado em 09 maio, 2017, de [http://www.bc.furb.br/docs/TE/2011/349758\\_1\\_1.PDF](http://www.bc.furb.br/docs/TE/2011/349758_1_1.PDF)
- Konraht, J. M., Soutes, D. O. & Alencar, R. C. (2016). A Relação Entre a Governança Corporativa e o Alisamento de Resultados em Empresas Brasileiras. *Revista de Contabilidade e Controladoria*. 8(1), 47-62. Doi: 10.5380/rcc.v8i1.38219
- Lin, W. & Rong, M. (2012). Impacts of other comprehensive income disclosure on earnings management. *Nankai Business Review International*. 3(1), 93-101.
- Leuz, C., Nanda, D. & Wysocki, P. (2003). Earnings management and investors protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*. 69(3), 505-527.
- Lopes, A. B., Tukamoto, Y. & Galdi, F. C. (2007). Earnings management and cross listing in Brasil. *Anais do Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pósgraduação em Ciências Contábeis*, Gramado, RS, Brasil, 1.
- Lyra, I. X. M. & Moreira, R. L. (2011). Alisamento de Resultados nas Empresas Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. *Revista de Contabilidade e Controladoria*. 3(2), 78-93. Doi: 10.5380/rcc.v3i2.20652
- Martinez, A. L. (2001) *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. (Tese de doutorado). Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São

Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 07 março, 2017, de file:///C:/Users/Usuario/Downloads/tde%20(5).pdf.

- Mendes, C. A. & Rodrigues, L. L. (2006). Estudo das práticas de earnings management nas empresas portuguesas cotadas em bolsa: identificação do alisamento de resultados e seus fatores explicativos. *Revista de Estudos Politécnicos*. 4(10), 149-171.
- Michelson, S. E., Jordan-Wagner, J. & Wootton, C. W. (2000). The Relationship Between the Smoothing of Reported Income and Risk-adjusted Returns. *Journal of Economics and Finance*. 24(2), 141-159, 2000. Recuperado em 15 junho, 2017, de <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02752709>
- Moses, O. D. (1987). Income smoothing and incentives: empirical tests using accounting changes. *The Accounting Review*. 62(2), 358-377, 1987.
- Newberry, S. (2003). Reporting performance: comprehensive income and its components. *Abacus*. 39(3), 325-339.
- Paulo, E. & Leme, J. R. (2009). Gerenciamento de resultados contábeis e o anúncio dos resultados contábeis pelas companhias abertas brasileiras. *Revista Universo Contábil*. 5(4), 27-43. Doi: 10.4270/ruc.20095
- Pinheiro, L. T., Macedo, R. P. & Vilamaior, A. G. (2012). Lucro líquido versus lucro abrangente: uma análise empírica da volatilidade. *Revista Universo Contábil*. 8(4), 06-18. Doi:10.4270/ruc.2012428
- Rahman, A. A. & Hamdan, M. D. H. (2013). How Do Malaysia ACE Market Companies Report Comprehensive Income?. *Journal of Business and Management Sciences*. 1(2), 23-31.
- Raupp, F. M. & Beuren, I. M. (2009). Caracterização da Pesquisa em Contabilidade. In. BEUREN, I. M. (Org). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Resende, L. L., Pinheiro, L. E. T. & Maia, S. C. (2011). As diferentes formas de mensuração do lucro e o reflexo no ROE das empresas que aderiram ao padrão IFRS. *Anais dos Seminários em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 14.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Santos, A. & Grateron, I. R. G. (2003). Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. *Revista Contabilidade & Finanças*. USP, São Paulo, 32, 7-22.
- Silva, A. H. C. E S. & Silva, É. G. R. Da S. (2015). Análise das Demonstrações de resultado Abrangente após a Implementação do IFRS no Brasil. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*. 13(1), 105-131.

- Siregar, S. V. & Utama, S. (2008). Type of earnings management and the effect of ownership structure, firm size, and corporate-governance practices: evidencie from Indonesia. *The International Journal Of Accounting*. 43, 1-27.
- Soutes, D. O. & Schvirck, E. (2006). Formas de mensuração do lucro e os reflexos no cálculo do ROA. *BBR - Brazilian Business Review*. 3(1), 74-87.
- Velury, U. (2003). The association between auditor industry specialization and earnings management. *Research in accounting regulation*. 16, 171-184.
- Vieira, K. M, Velasquez, M. D. P., Losekann, V. L & Ceretta, S.P. (2011). A Influência da Governança Corporativa no Desempenho e na Estrutura de Capital das Empresas Listadas no N1, N2 e Novo Mercado da Bovespa. *Revista Universo Contábil*. 7(1), 49-67. Doi: 10.4270/ruc.2011104
- Wrubel, F., Morás, V. R., Brighenti, J., Leite, M. & Klann, R. C. Impactos de outros resultados abrangentes sobre o gerenciamento de resultados. *Revista de Contabilidade e Organizações*. 10(28), 3-16. Doi: 10.11606/rco.v10i27.107284
- ZDANOWICZ, J. E. (1998). *Estrutura e análise das demonstrações contábeis*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.